

Aprovado.
16-12-2024
Carlos Ferreira



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Capítulo I Disposições gerais.....	3
Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Contrato.....	3
Cláusula 3.ª Vigência do contrato.....	3
Cláusula 4.ª Preço base.....	4
Capítulo II Obrigações do contraente público.....	4
Cláusula 5.ª Preço contratual.....	4
Cláusula 6.ª Indicação do preço.....	4
Cláusula 7.ª Condições de pagamento	5
Cláusula 8.ª Gestor do contrato.....	5
Capítulo III Celebração do contrato	5
Cláusula 9.ª Relação contratual	5
Cláusula 10.ª Minuta do contrato, notificação, adjudicação	5
Capítulo IV Obrigações contratuais.....	6
Secção I Obrigações do cocontratante.....	6
Subsecção I Disposições gerais	6
Cláusula 11.ª Obrigações principais do fornecedor	6
Cláusula 12.ª Patentes, licenças e marcas registadas	6
Cláusula 13.ª Atualizações jurídico-comerciais	7
Cláusula 14.ª Responsabilidade do cocontratante	7
Cláusula 15.ª Objeto do dever de sigilo	7
Capítulo V Sanções contratuais e resolução.....	8
Cláusula 16.ª Sanções contratuais	8
Cláusula 17.ª Força maior	9
Cláusula 18.ª Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	9
Cláusula 19.ª Resolução por parte do contraente público	10
Cláusula 20.ª Resolução por parte do cocontratante	11
Capítulo VI Disposições Finais.....	11
Cláusula 21.ª Cessão da posição contratual e subcontratação	11
Cláusula 22.ª Comunicações e notificações.....	11
Cláusula 23.ª Contagem dos prazos	12
Cláusula 24.ª Proteção de dados pessoais.....	12
Cláusula 25.ª Foro competente	12
Cláusula 26.ª Legislação aplicável.....	12
Capítulo VII Clausulas técnicas	13
Cláusula 27.ª Especificações e Requisitos Técnicos	13

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto que tem por objeto aquisição do serviço de análise de águas para consumo humano nos anos de 2025/2026, conforme as especificações e requisitos técnicos que constam da cláusula 27.ª do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Vigência do contrato

1. O prazo de execução do contrato é 2 anos (730 dias), contado da respetiva assinatura, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O presente contrato não está sujeito a visto do Tribunal de Contas.

Cláusula 4.ª

Preço base

O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, sendo este no valor de 50.622,8 € (cinquenta mil, seiscentos e vinte e dois euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Capítulo II

Obrigações do contraente público

Cláusula 5.ª

Preço contratual

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que tem de ser igual ou inferior ao preço base definido no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não há lugar a revisão de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula 6.ª

Indicação do preço

1. O preço constante da proposta será expresso em Euros e indicado em algarismos e não inclui o IVA.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. A proposta de preço deverá ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Cláusula 7.ª

Condições de pagamento

1. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal, onde deve constar obrigatoriamente, sob pena de devolução da mesma, o número de compromisso.
2. As quantias devidas pelo Município da Horta, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município das respetivas faturas, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o fornecimento ser efetuado na íntegra.
3. Em caso de discordância por parte do Município da Horta, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 8.ª

Gestor do contrato

De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290-A do CCP, contraente público designará um gestor do contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

Capítulo III

Celebração do contrato

Cláusula 9.ª

Relação contratual

1. A relação contratual decorrente do ato de adjudicação e do contrato é constituída pelas seguintes entidades:
 - a) O contraente público: Município da Horta e
 - b) O cocontratante: a quem é adjudicada e contratada a aquisição do serviço.

Cláusula 10.ª

Minuta do contrato, notificação, adjudicação

A minuta do contrato será remetida, após a adjudicação, ao concorrente cuja proposta haja sido preferida, para sobre ela se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aprovada a mesma minuta.

Capítulo IV

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do cocontratante

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 11.^a

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) O adjudicatário compromete-se a cumprir os requisitos legais de segurança e saúde no trabalho, estabelecidos na Lei n.º 102/2009 de 10 setembro e na Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro de 2009;
 - b) As atividades terão de ser desenvolvidas em conformidade com as indicações técnicas do Município da Horta e nos termos da legislação em vigor aplicável, nomeadamente o CCP (entre outras).
 - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é feito o fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.
2. A falta de cumprimento do disposto nos pontos anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

Cláusula 12.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve

indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 13.^a

Atualizações jurídico-comerciais

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 14.^a

Responsabilidade do cocontratante

O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou defeito dos serviços objeto do contrato.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 15.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Horta, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição

subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Capítulo V

Sanções contratuais e resolução

Cláusula 16.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Horta pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do objeto do contrato, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula $P = V \times A / 365$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento e A o número de dias em atraso objeto do contrato;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município da Horta pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até igual valor ao da proposta apresentada pelo cocontratante, para o serviço em causa.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente ao serviço objeto do contrato cujo atraso na conclusão tenha determinado a resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Horta tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. O Município da Horta pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Horta exija uma indemnização pelo dano excedente.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do cocontratante e não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus fornecedores;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os

pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deverá, caso o contraente público assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data da produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município da Horta pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Deixar por qualquer forma, de dar cumprimento às condições previstas por este caderno de encargos e demais legislação vigente;
 - b) Pelo atraso, total ou parcial, na entrega do serviço objeto do contrato, pelo prazo superior a três meses ou declaração escrita do cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante, via postal, por meio de carta registada com aviso de receção ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente

público, nos termos gerais do direito.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias;
 - b) O direito de resolução é exercido mediante declaração enviada ao Município da Horta, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
2. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Salvo os casos previstos no número 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.

Capítulo VI

Disposições Finais

Cláusula 21.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A possibilidade de cessão da posição contratual e subcontratação segue o regime previsto nos artigos 316.º e seguintes do CCP, dependendo sempre de autorização expressa do contraente público, permanecendo o cocontratante, no caso da subcontratação, integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato, devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato e por uma das seguintes vias:
 - a) Por correio eletrónico;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes no contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados;
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 24.ª

Proteção de dados pessoais

1. A presente aquisição de serviços não envolve, em princípio, o tratamento de quaisquer dados pessoais.
2. Caso na execução do contrato exista alguma exceção ao previsto no número anterior, o contraente público e o cocontratante assumem o compromisso de, em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável, celebrar um Acordo de Tratamento de Dados, que constituirá uma adenda ao contrato a celebrar ao abrigo desta aquisição, destinado à definição das respetivas responsabilidades pelo tratamento dos dados de natureza pessoal que tenham sido recolhidos.

Cláusula 25.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

Cláusula 26.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicar-se-

á o regime previsto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores e o Código dos Contratos Públicos, nas suas redações mais recentes, e demais legislação complementar.

Capítulo VII

Clausulas técnicas

Cláusula 27.ª

Especificações e Requisitos Técnicos

Objetivo do procedimento:

Aquisição do serviço de análise de águas para consumo humano nos anos de 2025/2026.

Obrigações principais do prestador de serviços:

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Disponibilização de todo o material destinado à colheita, acondicionamento e transporte das amostras, de acordo com os parâmetros a analisar, salvaguardando a validade específica de cada um desses parâmetros e o calendário das colheitas. Este material deverá ser colocado no Município da Horta até às 48 horas antecedentes do dia da realização da recolha das amostras.
 - b) Obrigação de levantamento das amostras resultantes das recolhas para a realização dos ensaios pelo Município da Horta, até aos prazos estabelecidos pela Entidade Regulador dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, abreviadamente designado ERSARA.
 - c) Obrigação de envio dos resultados das análises ao Município da Horta até ao prazo limite estabelecidos pela ERSARA.
 - d) No relatório de ensaios deve constar a temperatura das amostras à chegada ao laboratório.
 - e) O transporte das análises é garantido e da responsabilidade do laboratório que efetuará as análises, no seu modo, tempo de duração e cumprimento dos prazos estabelecidos.
 - f) O transporte e os ensaios de verificação periódicos do equipamento portátil de medição do desinfetante residual é garantido e da responsabilidade do laboratório.
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- 3 - Para cumprimento do estipulado no número anterior, deverá ser nomeado um representante para contactar diretamente com o Município da Horta, bem como disponibilizado um endereço

eletrónico para esse efeito.

4 - Verificação do equipamento portátil de medição de cloro (Fotómetro).

Forma de prestação do serviço

- 1 - O prestador de serviços fica obrigado a apresentar ao Município da Horta, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
- 2 - No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
- 3 - Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1 - No prazo de 5 dias deverão ser comunicados os resultados ao adjudicatário relativamente ao Controlo de Rotina 1 (CR1) a contar da data de receção das amostras pelo prestador do serviço.
- 2 - No prazo de 15 dias deverão ser comunicados os resultados ao adjudicatário relativamente ao Controlo de Rotina 2 (CR2) a contar da data de receção das amostras pelo prestador do serviço.
- 3 - No prazo de 45 dias deverão ser comunicados os resultados ao adjudicatário relativamente ao Controlo de Inspeção (CI) a contar da data de receção das amostras pelo prestador do serviço.
- 4 - Sempre que sejam detetados incumprimentos, o Laboratório terá de os comunicar ao adjudicatário, até ao final do dia útil seguinte àquele em que teve conhecimento da sua ocorrência, pelo meio de comunicação mais expedito.

Conformidade e garantia técnica

- 1 - À luz do referido no ponto anterior, o prestador do serviço e o(s) subcontratado(s) terá(ão) que provar que, em conjunto, e para a totalidade dos parâmetros do Decreto-Lei 69/2023 de 21 de agosto:
 - a) São considerados como aptos pela autoridade competente, ou seja, estar acreditados pelo Instituto Português de Qualidade.
 - b) Ou, em alternativa, deverá(ão) o(s) responsável(eis) do(s) laboratório(s) declarar que, estão acreditados para alguns parâmetros e dispor de controlo de qualidade interno para os restantes parâmetros e controlo externo para os parâmetros para as quais entidades de referência disponibilizem ensaios interlaboratoriais;

- c) Ou, em alternativa, declarar que não estão acreditados para qualquer dos parâmetros, mas dispor de controlo de qualidade interno para todos e de controlo de qualidade externo para os parâmetros para os quais entidades de referência disponibilizem ensaios interlaboratoriais.
- 2 - O(s) responsável(eis) do laboratório deverá(ão) igualmente declarar que o(s) laboratório(s) cumpre(m) o estabelecido no Anexo IV do Decreto-Lei 69/2023 de 21 de agosto, ou para os parâmetros que não cumpra o Anexo IV o limite de quantificação deve ser menor ou igual ao valor paramétrico respetivo.
- 3 - Referenciar as condições de aceitação e/ou de rejeição das amostras em função dos ensaios a realizar, sendo que as condições de armazenamento/conservação das amostras (acumuladores, caixas térmicas em bom estado de isolamento, acondicionamento dos frascos) é da responsabilidade do laboratório.
- 4 - O laboratório deverá estabelecer as condições e os prazos de arquivo das amostras de água relacionadas com o incumprimento, guardando as amostras até ao fim do seu prazo de conservação.
- 5 - Caso haja necessidade de recorrer à subcontratação de ensaios, o laboratório deverá garantir as condições adequadas de transporte e armazenamento das amostras até que estas sejam entregues no laboratório subcontratado.
- 6 - Os resultados dos ensaios devem ser apresentados de acordo com o especificado no Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto.
- 7 - Os métodos analíticos a utilizarem, deveram ser os constantes no Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto, podendo ser utilizados métodos alternativos desde que reconhecidos pela ERSARA.
- 8 - Os limites de quantificação dos métodos analíticos, devem dar cumprimento às características de desempenho fixadas 69/2023 de 21 de agosto.
- 9 - Na análise dos parâmetros específicos da legislação, deve ser quantificada a concentração total relativa a cada parâmetro em análise.

Calendarização das análises a efetuar no âmbito do Plano de Controlo da Qualidade da Água 2025/2026		
2025	Tipo de controlo	Quantidade
Jan	Controlo de Rotina 1	6
	Controlo de Rotina 2	4
	Controlo de Inspeção	1
fev	Controlo de Rotina 1	9
	Controlo de Rotina 2	3
mar	Controlo de Rotina 1	7
	Controlo de Rotina 2	4
abr	Controlo de Rotina 1	7
	Controlo de Rotina 2	4
	Controlo de Inspeção	1
mai	Controlo de Rotina 1	9
	Controlo de Inspeção	2
jun	Controlo de Rotina 1	8
	Controlo de Rotina 2	1
	Controlo de Inspeção	3
jul	Controlo de Rotina 1	6
	Controlo de Rotina 2	2
	Controlo de Inspeção	3
ago	Controlo de Rotina 1	9
	Controlo de Rotina 2	2
	Controlo de Inspeção	1
set	Controlo de Rotina 1	7
	Controlo de Rotina 2	2
	Controlo de Inspeção	2
out	Controlo de Rotina 1	7
	Controlo de Rotina 2	3
	Controlo de Inspeção	2
nov	Controlo de Rotina 1	9
	Controlo de Rotina 2	2
dez	Controlo de Rotina 1	8
	Controlo de Rotina 2	4

Calendarização das análises a efetuar no âmbito do Plano de Controlo Operacional 2025/2026		
Mês	Tipo de controlo	Quantidade
jan	CR1 + N° Colónias a 22°C	17
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
fev	CR1 + N° Colónias a 22°C	18
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
fev	CR1 + Nitratos + Pesticidas	6
	CR1 + Nitratos + Pesticidas + Cloretos + Sódio + Condutividade + pH	7
mar	CR1 + N° Colónias a 22°C	17
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
abr	CR1 + N° Colónias a 22°C	18
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
	Amostragem de Hipoclorito de Sódio (%)	1
mai	CR1 + N° Colónias a 22°C	17
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
mai	CR1 + Nitratos + Pesticidas + Legionella	6
	CR1 + Nitratos + Pesticidas + Cloretos + Sódio + Condutividade + pH + Legionella	7
jun	CR1 + N° Colónias a 22°C	18
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
	Verificação do equipamento portátil de medição de cloro (Fotómetro)	1
jul	CR1 + N° Colónias a 22°C	17
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
	Amostragem de Hipoclorito de Sódio (%)	1
ago	CR1 + N° Colónias a 22°C	18
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
set	CR1 + N° Colónias a 22°C	17
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
out	CR1 + N° Colónias a 22°C	18
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
out	CR1 + Nitratos + Pesticidas	6
	CR1 + Nitratos + Pesticidas + Cloretos + Sódio + Condutividade + pH	7
nov	CR1 + N° Colónias a 22°C	17
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3
	Amostragem de Hipoclorito de Sódio (%)	1
dez	CR1 + N° Colónias a 22°C	17
	CR1 + Nitratos + Cloretos + Sódio + Condutividade	2
	CR1(verificação)	3

PARÂMETROS DE CONTROLO DE ROTINA

PARÂMETROS CR1	PARÂMETROS CR2	PARÂMETROS CI
Bactérias coliformes	Cheiro a 25 °C	Clostridium perfringens.
<i>Escherichia Coli</i>	Condutividade	Alumínio.
	Cor	Amónia.
	pH	Antimónio.
	Sabor a 25 °C	Arsénio.
	Turvação	Benzeno.
	Nº de colónias a 22° C	Benzo(a)pireno.
	Nº de colónias a 36° C	Boro.
	Enterococos	Bromatos.
	Cloretos*	Cádmio.
	Sódio*	Cálcio.
	*- acrescenta este parâmetro no CR2 da ZA10, ZA11, ZA12.	Carbono orgânico total.
		Cianetos.
		Cloretos.
		Cloritos.
		Cloratos.
		Chumbo.
		Cobre.
		Crómio.
		1,2 – dicloroetano.
		Dureza total.
		Ferro.
		Fluoretos.
		HAP ¹
		Magnésio.
		Manganês.
		Nitratos.
		Nitritos.
		Mercúrio.
		Níquel.
		Oxidabilidade.

Pesticidas ² (individuais e total).
Selénio.
Sódio.
Tetracloroetano e Tricloroetano.
Trihalometanos ³
β – total, radionuclídeos).
Radão.
Trítio.
Cloreto de vinilo

PARÂMETROS DE INSPEÇÃO

¹ HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS POLICÍCLICOS (HAP)

Benzo [b] fluoranteno
Benzo [k] fluoranteno
Benzo [ghi] perileno
Indeno [1,2,3-cd] pireno

² PESTICIDAS

Glisofato
Terbutilazina
Desetilterbutilazina
Bentazona

³ TRI-HALOMETANOS (THM)

Clorofórmio
Bromofórmio
Dibromoclorometano
Bromodiclorometano
⁴ Radioativos
Alfa Total
Beta Total
Dose Indicativa Total

